


BOLETIM INFORMATIVO

09/abril - 07/maio
2021

Núcleo Especializado de
Cidadania e
Direitos Humanos



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos apresenta as principais atividades desenvolvidas ao longo do mês, considerando os intervalos entre as Reuniões Ordinárias, realizadas sempre na primeira sexta-feira útil de cada mês.

Editorial: **A dor de ontem e a dor de hoje**

mais detalhes na
página 2 deste
informativo

Neste mês de maio de 2021 completam-se 15 anos dos “crimes de maio” - série de ataques ocorridos contra moradores de bairros periféricos, na Capital, na região metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista, entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, que resultaram em 564 mortes e 110 pessoas feridas por armas de fogo, além de pelo menos outras quatro que estão desaparecidas desde então. Os ataques seguiram o mesmo *modus operandi*: homens encapuzados ou com capacetes efetuaram diversos disparos de armas de fogo na direção de pessoas indefesas, em sua maioria negras, que circulavam pelas vias públicas naqueles dias. T tamanha violência teria ocorrido, supostamente, em resposta a ataques e rebeliões em presídios, cadeias e Centros de Detenção Provisória, atribuídos à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Passados 15 anos, o mês de maio de 2021 ficará também marcado pela ocorrência da “Chacina do Jacarezinho”, a maior da história da cidade do Rio de Janeiro, que deixou pelo menos 25 mortos na manhã do dia 06, em plena pandemia e na vigência de decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida no âmbito da ADPF 635, que restringiu operações policiais nas favelas do Rio.

Embora separados por esse marco temporal, os dois tristes episódios têm muito em comum. Ambos são emblemáticos exemplos da violência policial sistêmica do Estado Brasileiro que atinge a mesma parcela da população: jovens, negros e periféricos. À pretexto de combater a “criminalidade” ou o tráfico de drogas”, a polícia lança mão da letalidade como estratégia de segurança pública, o que é absolutamente inaceitável e incompatível com o Estado Democrático de Direito.

Neste próximo domingo, em que muitas mães comemoram o dia festivo junto a seus filhos, as mães das vítimas da violência estatal choram não só a perda abrupta e violenta das vidas que geraram, mas também a dor e a indignação que a perpetuação dessas condutas causa, sobretudo diante da ausência de investigação e responsabilização efetiva dos agentes estatais envolvidos.

Foi nesse contexto, de violência e descaso estatais, que foi criado o Movimento Independente Mães de Maio, que há 15 anos busca resposta para as ações violentas que vitimaram seus filhos. Para apoiar a luta por verdade, memória, justiça e liberdade do Movimento, convidamos a todas e todos a acompanhar os eventos que vão acontecer durante todo o mês de maio (para mais informações confira as páginas do [Caaf-Unifesp](#) e das [Mães de Maio](#)), inclusive no próximo dia 12 de maio, o qual será realizado pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos em parceria com a EDEPE, Conectas e Mães de Maio.



#LutoComAsMães



CRIMES DE MAIO

No período compreendido por este Boletim Informativo, o NCDH reuniu-se diversas vezes com as Mães de Maio e com instituições que apoiam o Movimento, a fim de programar eventos e atividades para marcar o mês de maio, bem como adotar providências com relação à morosidade do Estado em dar resposta satisfatória aos familiares das vítimas, que há 15 anos aguardam a necessária apuração dos crimes de maio e a devida responsabilização dos agentes envolvidos. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo atua em favor das Mães de Maio desde o início dessa longa luta: acompanhou os inquéritos policiais e, juntamente com Movimento

Mães de Maio, Justiça Global e Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura, apresentou, em abril de 2010, pedido de instauração de incidente de deslocamento de competência, até o momento sem resposta do Ministério Público Federal. A Defensoria Pública ainda ajuizou ações indenizatórias na esfera cível buscando a responsabilização estatal, o que também foi perseguido por meio de denúncia apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos no ano de 2015, ainda em fase de análise de admissibilidade.



Fotografias do I Encontro das Mães de Maio, sediado pela Defensoria Pública de São Paulo.

No dia 12 de maio, o NCDH realizará o evento "Desaparecimento forçado de pessoas: contexto atual e estratégias de defesa", oportunidade em que será lançado o Caderno "Defesa de vítimas de desaparecimento de pessoas". Confira a programação ao lado. [Clique aqui para assistir.](#)



CRIMES DE MAIO
15 ANOS
VERDADE . MEMÓRIA . JUSTIÇA E LIBERDADE

12.05
10H AS 11H50
"DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS: CONTEXTO ATUAL E ESTRATÉGIAS DE DEFESA"
LETICIA MARQUEZ DE AVELAR

10H10
"TRANSFORMANDO A DOR EM LUTA"
DEBORA MARIA DA SILVA
FRANCILENE GOMES FERNANDES

10H50
"DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS NO BRASIL"
DESIRÉE DE LEMOS AZEVEDO
MARIANA BORGHERESI DUARTE

#LUTOCOMASMAES
#15ANOSCRIMESDEMAIO
#15ANOSDEIMPUNIDADE



Desaparecimento forçado de pessoas
contexto atual e estratégias de defesa

12 mai 2021
DefensoriaPublicaSP

10h00 Abertura e Lançamento do Caderno "Defesa de vítimas de desaparecimento de pessoas"
Letícia Marquez de Avelar
Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da DPE/SP

10h10 Transformando a dor em luta
Débora Maria da Silva
Fundadora do Movimento Independente Mães de Maio, Pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp (CAAF), educadora popular em direitos humanos e Promotora Legal Popular (PLP)

Francilene Gomes Fernandes
Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, militante na área de Direitos Humanos pelo Movimento Independente Mães de Maio

10h50 Contexto atual do desaparecimento forçado de pessoas no Brasil
Desirée de Lemos Azevedo
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e Pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP (CAAF)

11h10 Estratégias de Defesa
Gabriel Sampalo
Coordenador do Programa de Enfrentamento à Violência Institucional e de Litígio Estratégico da Conectos Direitos Humanos

Mariana Borgheresi Duarte
Defensora Pública integrante do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da DPE-SP

11h50 Encerramento

Todos os participantes do evento deverão cumprir as orientações a serem divulgadas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPE/SP, bem como as normas de segurança e controle de acesso em função da exclusão de pessoas não autorizadas, não sendo necessário apresentar a passaporte biométrico da DPE/SP ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



Violência Policial



Prisão Forjada

Vídeos amplamente veiculados nas diversas mídias mostram um policial militar xingando e agredindo um jovem negro após acusá-lo de roubo. Após o afastamento do policial, André Mezzette conseguiu comprovar sua inocência e retomou sua liberdade depois de cinco dias preso injustamente. O NCDH atuou no caso, que se revela emblemático por reunir elementos que evidenciam a violência policial contra a população negra e o uso da prisão forjada, por parte de agentes policiais, para legitimar a violência. [Confira o vídeo](#). Confira também as notícias sobre o afastamento do policial militar envolvido [aqui](#), e sobre a liberação do motoboy André Mezzette após ter sido privado de liberdade, injustamente, por cinco dias [aqui](#).

O NCDH oficiou as corregedorias das polícias civil e militar, bem como encaminhou representação ao Procurador Geral de Justiça solicitando que, diante do evidente abuso de autoridade e de sua gravidade, fossem adotadas as providências cabíveis para apuração e reparação da situação denunciada. Com base nas mesmas provas, o NCDH também propôs ação de indenização, que é acompanhada pela Unidade Fazenda Pública. Confira os ofícios à [Corregedoria Policia Civil](#), à [Corregedoria da PM](#), e a [representação ao MP](#), e a [petição inicial da ação indenizatória](#)

Liberdade de Expressão e Direito de Protesto

O NCDH interpôs recursos especial e extraordinário nos autos da ação civil pública que ajuizou buscando estabelecer parâmetros mínimos de direitos humanos para atuação da Polícia Militar em manifestações populares. Após sentença favorável do juiz de primeiro grau, o Tribunal de Justiça reformou a decisão, negando qualquer interferência na atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Por essa razão, o NCDH interpôs recursos aos Tribunais Superiores. As peças podem ser visualizadas clicando [aqui](#) e [aqui](#).

Evento

- A violência policial no Brasil agrava-se em territórios geográfica e socialmente periféricos. No caso da cidade de São Paulo, a região que mais concentrou óbitos por violência policial em 2017 foi a Zona Leste, que tem 10 dos 20 distritos com pior índice de desenvolvimento humano (IDH). Nesse cenário, surge o Movimento Mães em Luto da Zona Leste, fundado em 2016, que visa denunciar a opressão e a violência sofridas nos territórios periféricos. O Movimento promoveu o Ciclo de debates em Direitos Humanos e Políticas Públicas, no dia 24 de abril, que contou com a participação da coordenadora Fernanda Penteado Balera

Ciclo de debates em
Direitos Humanos e Políticas Públicas:
Mães em Luto da Zona Leste

Módulo 1: Sistema de Justiça

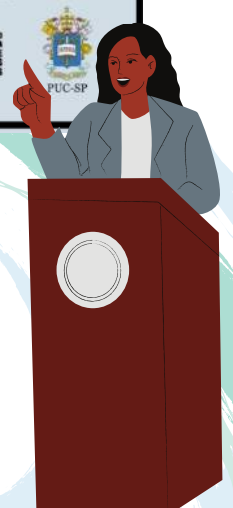
Convidada: Fernanda Penteado Balera -
Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública

Dia: 24/04 Horário: 14 às 16h

LINK PARA O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO:
<https://forms.gle/mWmRENVR9q5TKc6L6>

REALIZAÇÃO: Movimento Mães em Luto (MML) -
Comitê de Direitos Humanos - Associação de Mulheres da Zona Leste

APOIO: Núcleo de Direitos Humanos -
Defensoria Pública - Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública -
Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública -
Programa de Gestão de Políticas Públicas -
Secretaria de Políticas de Justiça Social -
Secretaria de Políticas de Justiça Social



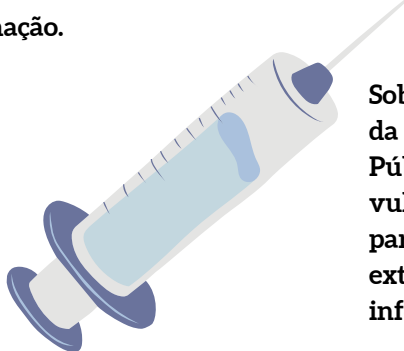


Núcleo Especializado em Saúde Pública

O NCDH apresentou manifestação nos autos do processo que tramita no Conselho Superior da Defensoria Pública de São Paulo, com objetivo de subsidiar a proposta de criação de um Núcleo Especializado em Saúde Pública no âmbito da DPE/SP, apresentada pelo conselheiro Alex Gomes Seixas. O momento atual, de grave crise sanitária, exige mais do que nunca uma atuação estratégica e articulada da Defensoria Pública. O coordenador e as coordenadoras do NCDH manifestaram-se no momento aberto das duas últimas sessões ordinárias do Conselho Superior e também se reuniram com o conselheiro relator do processo a fim de prestar os esclarecimentos necessários para a adequada análise da proposta.

COVID-19

No período compreendido por este Boletim Informativo, o NCDH participou de diversas reuniões sobre o tema da saúde, tanto no âmbito da Plataforma Interinstitucional Virtual desenvolvida pelo TRF3, quanto no âmbito do CEJUSC, com outros atores do sistema de justiça, em que foram discutidas questões sobre leitos de UTI COVID, desabastecimento de insumos e medicamentos para intubação e vacinação.



Sobre o tema da vacinação, o NCDH também tem debatido com o Comitê COVID da Defensoria Pública, o Ministério Público do Estado de São Paulo e Ministério Público Federal a questão da imunização das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, em especial daquelas que vivem nas regiões periféricas, a partir de estudos feitos pelo Instituto Pólis e por pesquisadores no Brasil e no exterior publicado na revista científica BMJ Global Health. Para mais informações sobre os estudos, confira [aqui](#) e [aqui](#).

Política de Drogas

Evento "Os Rumos da Política de Drogas no Brasil"

O evento "Os Rumos da Política de Drogas do Brasil", realizado nos dias 12 e 13 de abril, contou com fala da coordenadora Fernanda Balera na Capacitação interna sobre Habeas Corpus Preventivo para autorização de plantio e uso medicinal de Cannabis. Para assistir ao evento, [clique aqui](#)





POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Gratuidade do Bom Prato

No período, foram realizadas reuniões com Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), juntamente com o Ministério Público do Estado de São Paulo, acerca de problemas constatados na distribuição e gestão de cartões de gratuidade para a população em situação de rua dos Restaurantes Bom Prato (programa de segurança alimentar e nutricional do Estado de São Paulo). Nesse sentido, o NCDH também enviou ofícios à SMADS e à SEDS, cobrando a apresentação de um cronograma para a solução dos problemas identificados.

Zeladoria Urbana

Em 19 de abril, o NCDH participou de reunião com o vereador Eduardo Suplicy para tratar do Projeto de Lei nº 26/2017, que cria lei ordinária para disciplinar o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana no município de São Paulo.

O NCDH também apresentou Nota técnica se manifestando pela aprovação desse projeto de lei, destacando a necessidade de os direitos das pessoas em situação de rua durante as ações de zeladoria urbana serem tratados com a rigidez de uma lei ordinária. Cuida-se de tema que tem capacidade de afetar imensamente as pessoas que sobrevivem nas ruas, devendo, portanto, ser tratado com máxima seriedade e atenção pelo Município.

[Clique aqui para conferir a nota técnica.](#)

CRACOLÂNDIA

Audiência Pública

O NCDH participou, no dia 6 de maio, da audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente sobre o plano de remoção de famílias da região da Cracolândia durante a pandemia, principalmente sobre as quadras 37 e 38. [Confira mais informações aqui.](#)

Suporte: ação indenizatória

A Defensora Pública Alessandra Regina Januário Cintra ajuizou ação contra o Município de São Paulo, com suporte do NCDH, pleiteando indenização pelos danos causados a pessoa em situação de rua, que perdeu sua visão após ter sido atingida por bala de borracha na região da Cracolândia. [Confira a peça aqui.](#)

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

06/05/2021 (Quinta-feira) 11h
SEMIPRESENCIAL – Auditório Prestes Maia
– 1º andar

Tema/Pauta: Audiência pública para tratar do plano de remoções de famílias moradoras de imóveis na região da Cracolândia, durante a pandemia, sobretudo das quadras 37 e 38 dos Campos Elísios demarcadas como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 3, essa audiência foi requerida através do requerimento 10/2021 de autoria da vereadora Sílvia da Bancada Feminista aprovado na reunião ordinária em 10/03/2021 pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.
Saiba mais: urb@saopaulo.sp.leg.br



Reuniões e articulações

No mês de abril, o NCDH participou de diversas reuniões para tratar das violações de direitos humanos na região da Cracolândia: em 13 de abril, reunião com o Ministério Público e a Guarda Civil Municipal; em 15 de abril, reunião com a vereadora Erika Hilton e movimentos sociais; em 20 de abril, reunião com a Comissão Extraordinária de Direitos Humanos da Câmara Municipal; e, em 22 de abril, reunião com o Ministério Público e Prefeitura de São Paulo para tratar do Programa Redenção.



SOCIOAMBIENTAL

Reuniões



No dia 15 de abril, o NCDH participou de uma reunião com o movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis e com a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) para tratar da necessidade de credenciamento de novas cooperativas e de medidas a serem adotadas na pandemia em favor dos catadores.

Eventos

Webinar

A efetividade da responsabilidade compartilhada e os direitos das catadoras e dos catadores

Dia 27/04/2021, terça-feira, das 18h00 às 19h30

Abertura: das 09h00 às 09h45

Mesa Redonda e Debates: das 09h45 às 11h15

Expositores:

Moderadores:

Atividade acadêmica com emissão de certificado
Inscrição gratuita: <https://www.event3.com.br/direitoscatadores>

No dia 10 de maio, às 19h30, irá ocorrer evento sobre incineração e catadores de resíduos sólidos. Confira a programação no cartaz.



CATASAVE VIVALIZA!

10/05 - 19H30

AO VIVO

INCINERAÇÃO E CATADORES

PARTICIPAÇÃO:

- GILBERTO CHAGAS, CATADOR MILITANTE E FOTÓGRAFO DO MNCR
- JUTTA GUTBERLET, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DE VICTORIA, CANADÁ
- MEDIAÇÃO: ELIANDO OLIVEIRA, CATADOR AUTÔNOMO
- MEDIAÇÃO: SONIA DIAS, WIEGO

ORGANIZAÇÃO: WIEGO, MNCR, ANCAT

IMPLEMENTAÇÃO: INSEA, URBIS, ALTERNATIVAS

PARTICIPAÇÃO: ateliê fiteê



O Defensor Público colaborador do NCDH, Paulo Alvarenga, participou, em 27/04, do webinar “A efetividade da responsabilidade compartilhada e os direitos das catadoras e dos catadores”, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “Resíduos e Saneamento” da Faculdade de Direito da PUC-SP. [Clique aqui para assistir o evento.](#)



PARA LER, VER E OUVIR

PARA LER

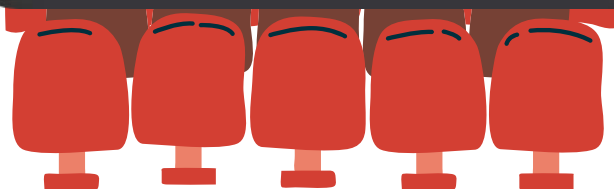
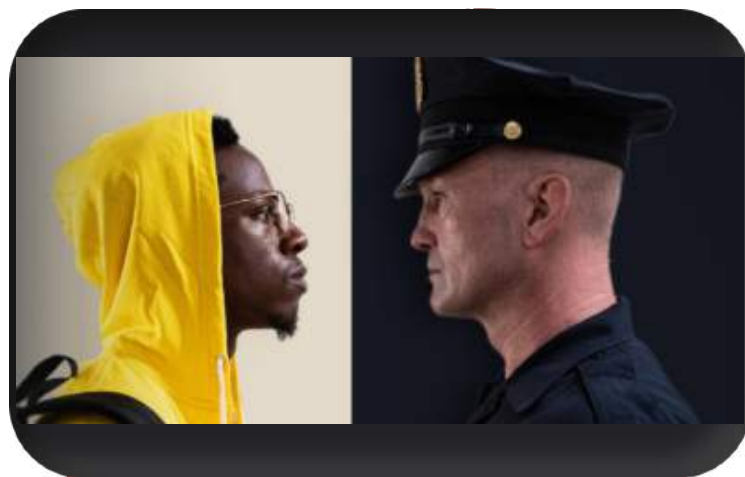
A obra *A Política do Enquadro*, baseada na dissertação de mestrado da pesquisadora Jéssica da Mata, busca compreender a transformação no uso dos “enquadros” pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e os seus efeitos, dentre eles a seletividade na atuação policial, voltada desproporcionalmente aos jovens negros moradores de periferia. A pesquisa explora também a figura do crime de desacato e a maneira pela qual este é utilizado, na prática, como um meio de intimidação do cidadão, que além de temer o arbítrio e a violência policial, teme ser criminalizado ao questioná-los. Com apresentação escrita pelo Min. Rogério Schietti e prefácio por Maurício Dieter, o livro será lançado no dia 28 de maio, [mas já pode ser adquirido na pré-venda aqui](#).



O livro "Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia", de Adela Cortina. O livro de Adela Cortina sobre "aporofobia", ou seja, a fobia ao pobre, se preocupa sobretudo com os pobres sem vínculo com a sociedade, os excluídos, os "sem lugar". Segundo a autora, o verdadeiro rechaço está para quem não pode entregar nada em troca, ou ao menos parece não poder. E por isso os pobres são excluídos: em um mundo construído sobre o contrato político, econômico e social de dar e receber, só podem entrar os que parecem ter algo de interessante para dar em retorno. De onde vem esse estigma? Quais as razões que levam o desprezo ao pobre em todo lugar? Além de definir e contextualizar o termo, Adela Cortina explica a predisposição que os indivíduos têm para esta fobia e propõe formas de superá-la.

PARA VER

No Curta da Netflix, “Dois Estranhos”, ganhador do Oscar, um homem faz diversas tentativas de voltar para casa, mas se vê forçado a reviver um confronto mortal com um policial. [Clique aqui para conferir](#)





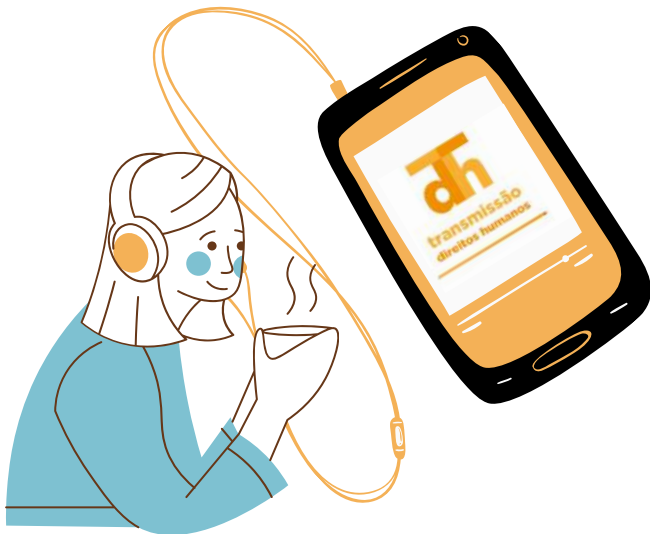
PARA OUVIR

O episódio "Jacarezinho" do podcast "Café da Manhã" relata a recente operação mais letal da polícia do Rio de Janeiro. A operação deixou 25 mortos e mais cinco pessoas feridas. No episódio, entrevista-se o advogado Joel Luiz Costa, coordenador executivo do IDPN (Instituto de Defesa da População Negra). [Clique aqui para ouvir.](#)

Jacarezinho



O episódio "Militâncias na pandemia" do podcast "Transmissão Direitos Humanos" discute como defensoras e defensores de direitos humanos reorganizam sua luta diante da disseminação do coronavírus. Discute-se como, de um lado, a pandemia deu visibilidade a uma certa continuidade e aprofundamento das políticas de extermínio. E como, de outro lado, mostrou-se a possibilidade de novos arranjos comunitários voltados para a proteção de direitos. [Clique aqui para ouvir](#)



COMISSÃO DO BOLETIM

Bruna Sueko Higa de Almeida
Giulia Novaes Poli
Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido
Maria Gabriela Soares Nuñez
Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Penteado Balera
Letícia Marquez de Avelar

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Mathias Vaiano Glens - psicólogo
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial
Geovanna de Souza Ribas - estagiária

Defensoras/es Integrantes

Adriana do Carmo Rios dos Santos
Caio Jesus Granduque José
Cecilia Nascimento Ferreira
Daniela Batalha Trettel
Gustavo Siqueira Marques
Leandro de Castro Gomes
Marcelo Dayrell Vivas
Mariana Borgheresi Duarte
Mariela Moni Marins Tozetto
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Rafael Alvarez Moreno
Rafael Lessa Vieira de Sa Menezes
Tatiana Belons Vieira
Tatiane Bottan
Vitor Ortiz Amando de Barros

Advogadas Voluntárias

Giulia Novaes Poli

Estagiárias/os de Direito

Bruna Sueko Higa de Almeida
Guilherme do Amaral Montanha
João Augusto Cataldo de Toledo
Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido
Maria Gabriela Soares Nuñez
Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon